



Eixo 1: Estado, Capital e Políticas Públicas no Campo
**A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL GLOBALIZADO NA NOVA
FRONTEIRA AGRÍCOLA NACIONAL: MATOPIBA**

Simony Lopes da Silva Reis
simony.geo@gmail.com
Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Este artigo objetiva discutir a dinâmica das territorializações no espaço agrário brasileiro frente ao capital globalizado inserindo novas formas de organização e trabalho, nem sempre condizentes com as especificidades locais, especialmente enfocando a nova fronteira agrícola nacional denominada de MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). A elaboração do trabalho deu-se através de pesquisas bibliográficas e análises acerca das transformações espaciais decorrentes de um modelo produtivo insustentável e contraditório com base na ainda parca literatura acerca desta temática e área em questão. Para tanto, buscou-se compreender o fenômeno do capital globalizado a partir da sua atuação no campo brasileiro, especialmente transfigurado como monoculturas. O capital estrangeiro, cada vez mais territorializado no campo brasileiro sob forma de extensas áreas de produção agropecuária, tem ocasionado uma série de transformações no espaço geográfico, tanto no que se refere às alterações na paisagem com a substituição da diversidade vegetal e biótica por desertos verdes, quanto nas relações sociais e de trabalho.

Palavras-chave: Monoculturas, Insustentabilidade, Territorialização.

INTRODUÇÃO

*[...] Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve
Sem o agrebiz feroz, desenvolvimentista
Mas até hoje na verdade nunca houve
Um desenvolvimento tão destrutivista
É o que diz aquele que vocês não ouvem
O cientista, essa voz, a da ciência
Tampouco a voz da consciência os comove
Vocês só ouvem algo por conveniência
Reis do Agronegócio. Chico César*

O avanço tecnológico no campo sustentou significativas alterações no que se refere à forma de apropriação e transformação da natureza em bens de consumo, caracterizando-a como elementos comercializáveis de alta escala de produção. A Revolução Verde que encabeçou este processo tendo como eixo central a dominação da natureza por meio da tecnologia forja a monocultura em larga escala de caráter globalizado como a nova e melhor maneira de produzir alimentos, sendo assim, uma

produção inserida no meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006). A dominação de uma determinada porção do espaço geográfico sob intencionalidades específicas voltadas para o capital, impõe uma desterritorialização das bases tradicionais para uma territorialização do “novo” (HAESBAERT, 2004). Este processo ocorre de maneira híbrida e contínua num jogo de forças que na maioria das vezes quem vence é o capital.

A revolução das técnicas no modo de produção do campo foi sendo ampliada e renovada em “tempos curtos” assim como a própria produção que obedece a lógica fordista do imediatismo, não respeitando leis básicas da natureza a exemplo do processo de resiliência. Neste sentido, a implantação dos novos espaços agrícolas passa por profundas transformações decorrentes do modelo econômico-financeiro produtivo. Neste, a relação com a terra foi alterada e os instrumentos de trabalho passaram a sobrecarregar a exploração dos recursos ambientais. A industrialização das atividades agrícolas, especialmente através de complexos agroindustriais, é denominada modernização da agricultura, apontada por Santos (2007) como reflexo da lógica da globalização do capital. As tecnologias agrícolas e o ordenamento territorial rural têm evoluído rapidamente nas cinco últimas décadas e elevado substancialmente a produtividade nos diversos espaços rurais (SANTOS, 2000/2003; PESSÔA e MATOS, 2005).

Um destes espaços é a nova fronteira agrícola brasileira formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – MATOPIBA (Figura 01), território em pleno desenvolvimento econômico pautado no agronegócio de grãos subordinados ao capital estrangeiro. A área possui variáveis naturais que o cultivo das monoculturas de grãos como os relevos aplainados, solos profundos e disponibilidade de água no subsolo, assim como variáveis políticas que facilitam a apropriação das terras como o baixo valor destas, a reduzida obrigação no que se refere à preservação ambiental e o baixo custo logístico, uma vez que nesta região encontra-se presente a ferrovia Norte – Sul que serve de transporte para escoamento da produção de forma mais barata que no sul do Brasil.

Figura 1 – MATOPIBA – Proposta de delimitação territorial



O capital estrangeiro concretizado por diversas empresas multinacionais tais como a Bunge, Monsanto, Cargill e Louis Dreyfus cada vez mais territorializado no campo brasileiro sob forma de extensas áreas de produção agropecuária, especialmente das monoculturas, tem ocasionado uma série de transformações no espaço geográfico, tanto no que se refere às alterações na paisagem com a substituição de vegetação nativa por desertos verdes, quanto nas relações sociais e de trabalho, e principalmente no que se refere aos conflitos agrários (SAUER e LEITE, 2012).

O caráter contraditório e metamórfico do agronegócio de grande escala é avassalador nas áreas onde já se encontra em franco desenvolvimento como o oeste baiano. Ao passo que gera riqueza econômica para os produtores, resulta num intenso processo de expropriação da natureza por seus moradores primeiros, assim como marginaliza e empobrece uma gama de cidadãos rejeitados pelo processo. Os proveitos e rejeitos do modelo produtivo são seletivamente distribuídos de forma expressamente parcial (Porto-Gonçalves, 2004).

Compreender estes processos e as formas de (des)territorialização e (re)organizações espaciais decorrentes deste, se configura como de extrema relevância no âmbito geográfico, uma vez que a Geografia se coloca neste cenário enquanto ciência crítica, evidenciando as diversas dimensões do espaço afetadas pelas ações dos diferentes agentes sociais produtores e (re)produtores espaciais.

Este artigo tem como objetivo discutir sobre a dinâmica das territorializações no espaço agrário agrícola brasileiro frente ao capital globalizado que cada vez mais

adentra nossas fronteiras, desterritorializando espaços e inserindo novas formas de organização e trabalho, nem sempre condizentes com as especificidades locais, sejam elas naturais, culturais, políticas ou econômicas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo foi elaborado a partir de uma abordagem teórica e revisão bibliográfica acerca da temática no sentido de levantar e compreender o que se tem produzido no meio acadêmico em relação ao MATOPIBA, assim como as análises decorrentes do processo de territorialização do capital, principalmente estrangeiro neste espaço, portanto os dados e informações obtidos para análises são de caráter secundário. Foram explorados textos, revistas, artigos, livros, dissertações teses que dissertavam acerca da problemática posta em questão, além de informações obtidas por documentos técnicos sobre os impactos ambientais negativos resultantes do fenômeno observado.

A FRONTEIRA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL GLOBALIZADO

O conceito básico de fronteira agrícola está associado à concepção em que o termo fronteira não se resume a uma linha divisória entre espaços produtivos e outros vazios, mas sim como áreas potenciais ao processo agropecuário, ou seja, fronteira agrícola se configura como espaços potenciais de produção, espaços de expansão do capital, do mercado (MARTINS, 2016).

O processo contínuo de expansão da fronteira agrícola brasileira está intimamente relacionado aos modelos de desenvolvimento pensados e instituídos no território nacional ao longo da história da formação territorial brasileira. Guillén (2008) aponta que existem três modelos básicos de desenvolvimento pensados para a América Latina e, por conseguinte, para o Brasil. O primeiro consiste no Modelo Primário-Agroexportador, o segundo, o modelo de Substituição de Importações e por último o Modelo Liberal. Todos foram pensados no intuito de reduzir as desigualdades espaciais e efetivar uma real melhoria da qualidade de vida da população, porém numa breve análise histórica pode-se perceber que em todos, o objeto central de interesse foi e é o mercado e, por conseguinte, a mercadoria.

Desde o período colonial (se é que ele já tenha finalizado) até os dias atuais, o modelo agrário-exportador sempre se fez presente na história do Brasil, alternando épocas de apogeu e declínio, mas sempre presente, mesmo que modificado pela evolução das técnicas e das relações de poder. Este modelo é altamente destrutivo quando nos referimos aos sistemas naturais e até mesmo sociais. Com a aceleração cada vez mais acentuada da produtividade no campo e uso de insumos e fertilizantes, tanto a qualidade das terras e das águas como a do próprio alimento ficam comprometidas. Da mesma forma, a saúde humana também sofre com tais “avanços” na área de produção agrícola brasileira, uma das nossas maiores fontes de arrecadação de lucros.

A agroindústria se caracteriza por ser uma atividade econômica que articula a agropecuária com a indústria, envolvendo tanto a produção propriamente dita quanto a coleta, armazenamento, beneficiamento e distribuição dos produtos, bem como os equipamentos e técnicas necessários para o seu desenvolvimento. Pavan (1993, p. 86) define agroindústria como *“unidade Produtiva que, por um lado, transforma o produto agropecuário ou seus subprodutos não manufaturados, objetivando a sua utilização intermediária ou final”*.

Esta unidade produtiva industrial inserida no espaço rural é fornecedora de imensas quantidades de produtos, os quais passam por uma avaliação para que sejam selecionados e direcionados ao mercado final. O sistema agroindustrial tem se mostrado como de elevada fonte de renda para os empresários e agricultores, posto que neste sistema a implementação de máquinas no processo de produção otimiza o trabalho tanto no cultivo quanto na colheita e estocagem dos produtos. Desta forma reduz o custo com mão-de-obra e desperdício de materiais, projetando algumas vantagens sobre o sistema produtivo rural.

Porto-Gonçalves (2004) e Osorio (2012) apontam que o baixo custo de produção é obtido em detrimento do alto custo ecológico, cultural e político-social, uma vez que a distribuição dos proveitos e rejeitos é especificamente desigual e neste sentido, ressalta as contradições inerentes a este modo de desenvolver. O desenvolvimento pensado sob o prisma tecnológico e fundamentalmente voltado para a supervalorização do valor de troca em detrimento do valor de uso promove uma desarticulação espacial e o provimento de diversos impactos negativos, tais como a concentração fundiária, aumento da divisão territorial do trabalho, fragmentação do espaço agrícola, degradação da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos solos (MARX, 1988; DREW 1989).

AS CONTRADIÇÕES INSUSTENTÁVEIS DO MODELO AGRÁRIO-AGRÍCOLA BRASILEIRO

Ao longo dos anos, diversas foram as políticas implementadas no campo brasileiro no sentido de ampliar suas fronteiras agrícolas e foi a partir da década de 1970, com a expansão visceral do agronegócio monocultor, que o capital estrangeiro ganhou espaço e fincou suas raízes, principalmente no bioma cerrado. A apropriação territorial no campo por grandes empresas transnacionais vem proporcionando profundas alterações espaciais de ordem natural, social, econômica e cultural, uma vez que o processo de territorialização se dá por meio de ações nem sempre condizentes com a legislação brasileira, ou seja, muitas formas de territorialização do capital estrangeiro no campo brasileiro se deram de maneira ilegal ou articuladas em favor de minorias.

Neste contexto, o campo brasileiro reflete o desenvolvimento desigual instituído pelas políticas brasileiras. Um espaço desigual, onde o moderno e o colonial dialogam e onde as contradições se edificam. Cavalcante e Fernandes (2008) apontam as distorções do modelo desigual existente no Brasil ao afirmarem que

O pensamento da classe social dominante, de maneira geral, não exige mais cidadania, mas privilégios. Assim, agricultores, comerciantes ou prestadores de serviços almejam aquisição de vantagens com o “boom” do produtivismo em grande escala. (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008, p.19)

Esta afirmativa ratifica o que Porto-Gonçalves (2006) questiona sobre a efetiva modernização das relações de trabalho do campo e a ascensão social derivada desta. Para o referido autor as relações moderno-coloniais se edificam no sentido de uma modernidade técnica-científica pautada e alicerçada sob lógicas antigas e conservadoras de poder e apropriação desigual dos resultados. Neste mesmo sentido a concepção de modernização conservadora instaurada em todo território nacional ganha destaque ao direcionar vultosas ações político-econômicas para o setor agrícola comercial deixando à margem os interesses locais e, principalmente, as vulnerabilidades ambientais. A este respeito Osorio (2012) indica que o processo de especialização produtiva ocorreu em toda América Latina obedecendo a um novo padrão de exportação com custos sociais altíssimos, particularmente na deterioração das condições de vida e de trabalho da maior parte da população.

As constantes crises setoriais e globais que a humanidade passa já são alertas da insustentabilidade desse modelo de desenvolvimento. Desde empresas de porte internacional, até nações inteiras, ingressam em crises históricas. Nos setores produtivos da agricultura capitalista tal fato não ocorre diferentemente. Crises cíclicas do sistema financeiro ocorrem periodicamente levando muitos produtores à falência. (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008, p.19)

Neste sentido, a insustentabilidade ambiental do modelo produtivo aprofunda suas raízes e fragiliza tanto os sistemas naturais quanto sociais, uma vez que a especialização de um mesmo tipo de cultura não permite à diversificação produtiva e à consequente variedade de comercialização. Neste direcionamento, Cavalcante e Fernandes (2008) apontam que

É muito perigoso direcionar a funcionalidade de uma localidade ou de uma região para atender as demandas do agronegócio. Trata-se de um modelo homogeneador, imediatista e insustentável. No entanto, o discurso da competência do agronegócio parece surgir da sociedade como se não houvesse um agente propulsor dessa ideologia. (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008, p.20)

A concepção de que o agronegócio globalizado tende somente a proporcionar efeitos positivos num sistema produtivo é produto das intencionalidades dos agentes sociais voltados para produção monocultora. Sendo assim, as ideologias permanecem e o discurso do tecnocentrismo se materializa. O agronegócio territorializa-se cada vez mais ampliando o controle das relações espaciais e apropriando-se das terras agricultáveis, negando ao espaço a possibilidade da sua multifuncionalidade, ou seja, uso plural do espaço.

Pensar a territorialização do agronegócio indica necessariamente pensar acerca da desflorestação do cerrado brasileiro e, portanto, refletir sobre as repercussões ambientais.

Leff (2008) aponta que ambiente não é apenas uma realidade visível, mas sim uma convergência de processos físicos e simbólicos, que por meio das ações econômicas, científicas e técnicas do homem são reorganizados e reconduzidos, destacando à dinâmica de (re)construção deste ambiente em função dos sistemas de ações atuantes no espaço.

A dinâmica ambiental consiste na interação dos diversos sistemas natural, econômico, social, cultural, numa perspectiva interdependente, onde todos os fatores são altamente relevantes, espacialmente no meio técnico-científico-informacional,

quando as relações estão cada vez mais intensas e ao mesmo tempo flutuantes, decorrentes de novos valores que guiam a sociedade atual.

O espaço pensado como produto e meio das relações sociais edificadas pela relação intrínseca de sistemas de objetos e sistemas de ações reflete a instabilidade entre os sistemas racionais (SANTOS, 2008). Nesta perspectiva, Leff (2007) aponta que a interação sociedade/natureza atende a uma relação indissociável, sendo que o processo evolutivo dos sistemas sociais está intimamente relacionado com os processos do meio em que se organizam, produzindo espaços heterogêneos guiados cada vez mais pela lógica da tecnologia. Sendo assim, as transformações dos espaços se dão pela forma de organização da sociedade e de como esta desenvolve seu modo de produzir, ou seja, pelas territorializações seletivas.

O modelo produtivo baseado nos sistemas econômicos não leva em consideração a capacidade de suporte do sistema natural, levando-o cada vez mais à degradação. A insustentabilidade deste modelo produtivo promove conflitos e desequilíbrio entre os sistemas, alertando para a necessidade de abordagens voltadas à concepção ambiental de modo integrado (DIEGUES, 1992).

Em cada momento histórico as relações sociais de propriedade dos meios de produção e o nível de desenvolvimento técnico são diferenciados, o que determinará a instância dominante de cada modo de produção vigente. Deste modo, a transformação dos modos de produção se dá através das reconfigurações destas instâncias e estes se concretizarão no espaço, que é o que Santos (1978) denomina de formação socioespacial trazendo a importância do conceito de espaço na discussão acerca da estrutura da sociedade. Neste caso, o espaço aparece como um fator social e não como apenas um reflexo da sociedade.

Quando Santos (1978) *apud* Corrêa (1996, p. 26) afirma que “Os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada (...) e as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção,” ele indica a relação interdependente existente entre a sociedade e o próprio espaço, posto que este é uma instância social. Levanta a importância de entendê-los na sua complexa totalidade, já que a interação entre estes é de tamanha intensidade que não podem ser concebidos, nem tão pouco compreendidos isoladamente.

Num contexto de sistema produtivo o valor de troca exerce papel fundamental na exploração dos recursos ambientais, atualmente o homem não mais produz para sua

subsistência, é preciso produzir mais e mais para trocar o excedente, acumular e ampliar o capital, objetivo primordial do sistema de produção.

Nesta perspectiva Cunha e Guerra (2007, p. 21) explanam: “A produção para troca, no modo capitalista de produzir, implica uma nova relação com a natureza”, relação de intensa exploração, sem o mínimo de preocupação com sistema ambiental, fazendo com que as paisagens se modifiquem no sentido de tentativa de adaptação à nova realidade (DIEGUES, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade do espaço rural brasileiro vem sofrendo alterações decorrentes das exigências do mercado, fazendo com que haja aumento de produtividade, cada vez mais especializadas e em curto espaço de tempo, o que promove a ampliação das diferentes formas de territorialização das áreas de cultivo (OLIVEIRA, 2007; SANTOS, 2003). Dentre as novas atividades inseridas no espaço rural, destaca-se a agroindústria voltada para produção em larga escala.

O desenvolvimento da agroindústria no Brasil possui importância relevante devido sua participação preponderante no PIB nacional, o que tende a crescer em função dos investimentos realizados no referido setor. O setor agroindustrial instalado no MATOPIBA desempenha função como injeção econômica através do intenso comércio exportador, posto que os produtos são comercializados por empresas estrangeiras, especialmente Europa e países asiáticos. Apesar dos benefícios econômicos citados, a expansão do sistema agroindustrial ocasiona graves impactos ambientais, devido ao manejo e gestão incompatíveis com a capacidade de resiliência do sistema natural e as escassas políticas de beneficiamento social atrelado à melhorias nas condições de trabalho.

Através de diversas leituras (Leff, 2001; 2004; Santos, 2000; Ross, 2006; Diegues, 1992), pode-se perceber a relação paralela entre a evolução tecnológica e o avanço da exploração dos recursos naturais e cada vez mais esta relação torna-se mais complexa por conta do desenvolvimento científico-tecnológico e econômico, pois a tecnificação e sofisticação do modo de produção atuante é o que determina como e quanto se vai explorar os recursos naturais.

As ações sociais implicam fortemente em mudanças na organização espacial natural, portanto faz-se necessário que haja um planejamento para que as formas de

apropriação sejam controladas de maneira que as alterações na dinâmica do sistema sejam reduzidas. Nesta perspectiva pesquisas que envolvam levantamento de potencialidades e vulnerabilidades de um determinado espaço são de intensa importância, pois subsidiam projetos de ocupação e uso sustentável dos recursos naturais disponibilizados pelo sistema natural.

Identificar as diversas territorializações do capital estrangeiro no campo brasileiro auxilia na compreensão da razão hegemônica que sobrepõe às diversas outras razões e, principalmente, os efeitos dessa relação no ambiente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2>. Acesso em: 12/09/2009.
- CASTRO, I. E. et al (orgs.). Geografia: conceitos e temas Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CORRÊA, R. L. Região e Organização Espacial. 3 ed. São Paulo, Ática: SP, 1991.
- CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. T. (Organizador). A questão ambiental: diferentes abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 248p.
- DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. Revista. São Paulo em Perspectiva. 6 (1-2): 22-29, jan./jun. 1992.
- Documento Referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado do Oeste Baiano (BANCO DO NORDESTE), 1999.
- DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 206p.
- ELIAS, D. "Globalização e Fragmentação do espaço agrícola do Brasil." Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales (Universidad de Barcelona) X (Agosto 2006): 13.
- ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, M. Encarnação; SOBARZO, Oscar (Orgs). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v.1, p. 279-303.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.9, n.1, 2007c, p.25-39.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do " fim dos territórios" à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, R. Gaúchos e Baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades regionais. In: Iná de Castro; Roberto Lobato Correa; Paulo Cesar Gomes. (Org.). Brasil: questões atuais sobre a organização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 362-403.
- HAESBAERT, R. In: FROTSCHER, M; LAVERDI, R; VANDERLINDE, T. Entrevista com o geógrafo Rogério Haesbaert da Costa. Revista Espaço Plural. Dossiê Migrações. UNIOESTE. Ano X, nº 20, 1º semestre de 2009, p. 165-174. ISSN 1518-4196

- HAESBAERT, R. Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. v. 1. 208 p. LAGE, C. S. Aspectos da vulnerabilidade ambiental na bacia do rio Corrente - Ba. GeoTextos, vol.4, n. 1/2, 2008. p. 11 - 36.
- LEFF, E. Epistemologia ambiental. 4ed. Ver. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 239p
- LEFF, E. Saber Ambiental. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 494 p.
- MARTINS, José de S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. 2ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Nova Cultural, São Paulo, 1988.
- MENDONÇA, F. Geografia e meio ambiente. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- OLIVEIRA, A. U. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.
- OSORIO, J. El nuevo patrón exportador de especialización productiva en América Latina. Revista da Sociedade Brasileira de Economía Política, São Paulo, n. 31, 2012.
- OSORIO, J. La noción patrón de reproducción del capital. Cuadernos de Economía Crítica, v. 1, n. 1, 2014.
- PAVAN, M. A.; ALMEIDA, L. P. de. Agricultura atual. Vitória da Conquista, BA: DEAS-DFZ/UESB, 1993. 144p
- PESSÔA, V. L. S.; MATOS, P. F. A Modernização da agricultura no cerrado e os custos ambientais. ANAIS. X Encontro de Geógrafos da América Latina - USP, 2005. p. 11854 - 11865.
- REIS, S. L. da S; VALE, R. de M. C. do. Espaço Rural no oeste baiano e implicações no ambiente natural. ANAIS. I Simpósio regional de Geografia do Cerrado. SIREGEO, 2010.
- RODRIGUES, G. S.; CAMPANHOLA, C. Sistema integrado de avaliação de impacto ambiental aplicado a atividades do Novo Rural. Pesquisa agropecuária brasileira, Brasília, v. 38, n. 4, p. 445-451, abr. 2003.
- SANTOS, C. C. M. A Economia baiana: possibilidades e Impasses desde 1950. Humanas: Revista do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia - UEFS. Ano 1, n. 1 (jan./jun. 2002) - Feira de Santana, UEFS, 2003. III. p. 7 - 26.
- SANTOS, C. C. M. Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80. Salvador: [s.n.], 2000. 232p Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.
- SANTOS, C. C. M. Oeste da Bahia: modernização com (des) articulação econômica e social de uma região. Tese. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, Bahia, 2007. 239p.
- SANTOS, C. R.; PINHO, S. A. Breve Histórico de Ocupação da Bahia em Três Grandes Áreas. In.: Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002. V. 2. Salvador: SEI, 2001, p. 69 – 79.
- SANTOS, C.C.M. O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados da Bahia e do Piauí. Feira de Santana: UEFS Editora, 2015.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço – técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: USP, 2006.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodologia da geografia. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 124 p.
- SANTOS, Milton. Novos Rumos da geografia brasileira. 2ª. Ed São Paulo: Hucitec, 1988.
- SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.